

Apresentação

Línguas e vozes em português

Francisco Calvo del Olmo – Sweder Souza

O breve século XX — em termos de Hobsbawm (1995) — trouxe para o conjunto da humanidade profundas transformações sociais, econômicas, políticas e também ecológicas. O crescimento exponencial das cidades, a migração de milhões de pessoas do mundo rural para o urbano, o processo de colonização e de descolonização e, por fim, a progressiva implantação das formas de vida urbanas ocidentais dentro do sistema capitalista tiveram repercussões em todas as regiões do planeta, mas afetaram de forma mais direta os países do assim chamado Sul global. Nesse quadro geral, uma dezena de línguas viram-se promovidas para além das regiões onde historicamente se formaram, passando a servir como veículos de comunicação de vastos espaços. O chinês mandarim, o espanhol, o árabe, o russo, o português, o francês e o suaíli passaram a ocupar as posições centrais na constelação das línguas da humanidade, orbitando todas elas, por sua vez, ao redor do inglês, língua hipercentral e principal veículo da globalização. Certamente, cada um desses espaços linguísticos se articula de forma diferente, seguindo tendências próprias de acordo com os seus



atores: elaboração de instrumentos descritivos e prescritivos, aplicação de políticas linguísticas articuladas desde órgãos públicos e privados, presença de mídias e produções culturais de todo tipo etc. Nesse sentido, não faltam hoje estudos que abordam o ensino, a promoção e a difusão dessas línguas globais dos pontos de vista mais variados, abrangendo desde a autocomplacência oficial até a crítica acadêmica.

Tomando como ponto de partida esse panorama, a questão que nos incentivou a propor esta obra foi justamente entender melhor como se articulam as dinâmicas centrípetas e centrífugas nas comunidades que falam português ou, ao menos, nos países que o declaram como língua oficial. Quais temas ou visões de língua são colocados em pauta e quais são evitados, o que revelam essas ênfases ou esses silêncios? Em síntese: como as comunidades *lusófonas* se explicam a si mesmas e explicam aos outros sua relação com a língua que dizem compartilhar?

Uma apresentação oficial da língua portuguesa — ou a rápida consulta a uma enciclopédia virtual — informará que ela está presente em cinco continentes e que é oficial em nove países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e, desde 2010, Guiné Equatorial. É também idioma de comunicação oficial de uma vintena de organizações intergovernamentais tais como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), a União Africana (UA), a União Europeia (UE), a Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI), além, é claro, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 1996 com o objetivo de melhorar a cooperação dos seus Estados membros e de impulsionar o papel da língua portuguesa como “meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que a falam e de projeção internacional dos valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista”¹. Destarte, as comunidades que hoje são classificadas nesse *Mundo Lusófono* — termo controverso — reúnem mais de 240 milhões de falantes que a têm como língua materna ou como segunda língua. Além disso, a distribuição geográfica dos países de língua portuguesa no mundo faz dessa a língua mais falada no hemisfério sul.

¹ Disponível em: <www.cplp.org/id-2604.aspx>. Acesso em: 03 nov. 2019.

No entanto, essa fotografia oficial pouco diz dos contextos em que os usuários da língua portuguesa a empregam nas mais variadas situações comunicativas. Pensando neles é que podemos afirmar que não há *uma* língua portuguesa, existem línguas em português, retomando as palavras do escritor alentejano e Prêmio Nobel de Literatura José Saramago no documentário *Língua: vidas em português* (2004), dirigido por Victor Lopes e coproduzido por Brasil e Portugal. Neste ponto, gostaríamos de dizer que com esse título não pretendemos celebrar de forma complacente uma certa identidade lusófona, se é que isso existe, ou ficar embevecidos com a suposta grandeza da língua portuguesa, mas sim trazer reflexões críticas sobre a articulação das comunidades que compartilham o idioma em que escrevemos esta apresentação.

Observando a lusofonia por esse viés, o que logo chama nossa atenção é uma cisão nítida entre a norma usada no Brasil e a usada em Portugal, os dois únicos países onde o português é a língua hegemônica e materna da maior parte da população. Encontramos assim o português brasileiro (PB) que apresenta um perfil bem distinto como consequência de uma série de mudanças que vêm ocorrendo, principalmente, no nível sintático e que lhe outorgam um perfil particular dentro das línguas românicas, e a esse respeito propomos a consulta dos trabalhos de Castilho (2010) e de Bagno (2012). Do outro lado do Atlântico, está o português de Portugal, muitas vezes referido como português europeu (PE), de feições sintáticas mais conservadoras dentro da tipologia linguística românica (Paiva Raposo *et ali* 2013), mas que conheceu uma série de mudanças fonéticas que o afastam não só de outras variedades de português, mas também dos outros membros da família neolatina e o aproximam de sonoridades eslavas. Tanto o PB como o PE conhecem variações geográficas que enriquecem e diversificam seus respectivos perfis, mas, no caso do PB, é mais importante a polarização social, motivada pela desigualdade estrutural, que se espelha numa cisão entre a norma culta — ou *oculta* nos termos de Bagno (2003) — e os usos genuínos e vernáculos, o que acarreta forte preconceito linguístico e insegurança entre os falantes de tais variedades. Para além disso, ambos os países afirmam desenvolver uma política de promoção internacional da língua portuguesa: no caso de Portugal, ela se articula através do Instituto Camões e, no caso do Brasil, mediante os Centros Culturais

e os leitorados no exterior. Todavia, essas ações não estão isentas de contradições internas e, por vezes, de certa lógica de concorrência ou de rivalidade entre o pessoal de cada país. Leandro Diniz e João Veloso trazem suas respectivas reflexões sobre a problemática da promoção internacional do português e sobre a construção da legitimidade como “donos” ou “autoridades” dessa língua, em teoria, compartilhada, um debate que já adianta Carlos Alberto Faraco no prefácio.

Por outro lado, no cenário dos países africanos de língua portuguesa — conhecidos como PALOPs — o idioma do colonizador foi mantido após as independências, alcançadas em decorrência da Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974, depois de longas décadas de guerra colonial. Aqui nos parece possível estabelecer algumas diferenças no perfil linguístico dessas nações, como se verá nos respectivos capítulos, entre pequenos países litorâneos ou insulares e grandes países continentais.

Assim, por um lado, temos Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, onde o português oficial convive com línguas crioulas de bases portuguesa (além de línguas africanas no caso da Guiné-Bissau) sendo, essas línguas crioulas, os principais veículos da comunicação e da vida pública. Tal situação produz todo um *continuum* desde os crioulos mais vernáculos, até um português de feições lusitanas falado apenas em certas situações formais por membros das elites. Assim, os falantes podem transitar por esse *continuum* poroso de acordo com a situação comunicativa em que se encontram, com o grau de conhecimento de uma e outra variedade e de suas próprias preferências ou eleições discursivas, como veremos nos capítulos de Elvira Reis, Racide Djau e Gabriel Antunes de Araújo. Precisamente esse último aponta que a língua portuguesa se tornou majoritária na República de São Tomé e Príncipe no contexto da pós-independência e, por conseguinte, as outras línguas faladas no arquipélago foram progressivamente abandonadas. Um cenário que poderia se estender ao resto dos PALOPs nas próximas décadas, se o patrimônio linguístico deles não for valorizado e promovido mediante políticas públicas eficazes.

Por sua vez, Angola e Moçambique são países de vasta extensão territorial, onde o português convive com as línguas nacionais africanas, majoritariamente adstritas à família banta. No espaço urbano de cidades como Luanda e Maputo, o português tende a se tornar a lín-

gua materna das novas gerações, o que, nas próximas décadas, poderia acarretar uma importante redução de falantes das línguas nacionais ou mesmo o desaparecimento gradual destas. Os capítulos de Eduardo Ferreira dos Santos e Ermelinda Mapasse trazem reflexões sobre os usos vernáculos do português e os conflitos que começam a surgir em relação com o que prescreve a norma. Dessa forma, apresenta-se um ambiente sociolinguístico caracterizado por um extenso multilinguismo e um contato linguístico de dupla natureza: o contato entre línguas diferentes e o contato entre variedades diferentes de português que geram situações de diglossia.

Por fim, a presença da língua portuguesa em Timor-Leste e na Guiné Equatorial é muito menor, mesmo considerando o discurso governamental daqueles territórios ou o impulso de certas políticas educacionais, sobretudo no nível universitário. Portanto, ela se insere no mosaico plurilíngue desses espaços onde ocupa uma posição minoritária em relação a outras línguas. No Timor-Leste, ela integra a paisagem linguística junto com o tétum, o inglês e o bahasa indonésio de acordo com o que os leitores podem descobrir no capítulo assinado por Joice Eloi Guimarães e Renata Tironi de Camargo. Na Guiné Equatorial, o português é a terceira língua oficial, depois do espanhol e do francês, convivendo com línguas africanas como o fang, o bubi, o seki dentre outras e ainda com o crioulo de base portuguesa conhecido como Fá d'Ambô — falado na ilha de Ano-Bom —, e com o crioulo de base inglesa chamado pichi ou krio, como explicam em detalhe Charlott Eloize Leviski e Alexandre António Timbane no capítulo dedicado a esse país.

Para além dos nove países que oficialmente compõem a CPLP, o livro que organizamos se interessou pela presença do português em duas regiões autônomas pertencentes a dois Estados: Macau na China e a Galiza na Espanha, já que ambas têm estreitos vínculos históricos com a *esfera lusófona*. Em Macau, o português convive como o chinês mandarim e o cantonês no contexto do ensino, como explicam Liliana Gonçalves e Roberval Teixeira e Silva em seu capítulo. No outro extremo do domínio linguístico, ao norte de Portugal, a Galiza tem o galego como língua cooficial junto com o espanhol. Apesar da grande proximidade estrutural com o português, o galego possui hoje uma norma própria, ditada pela Real Academia Galega (RAG), autônoma da nor-

ma — e da(s) ortografia(s) — do português padrão. Ao mesmo tempo, iniciativas procedentes de movimentos cidadãos defendem, desde vários pontos de vista, a (re)integração da Galiza e o diálogo com os países de língua portuguesa, como se vê no capítulo de Xoán Lagares.

Dado que o objetivo comum a todas as contribuições do livro são as práticas sociais que envolvem questões de língua(gem) e, igualmente, os aspectos políticos imbricados em tais práticas, propusemos às autoras e aos autores explicar como essas questões se desenvolvem em cada país. A CPLP reafirma que a promoção da língua portuguesa se faz indubitavelmente através dos sistemas de ensino, responsáveis pela formação linguística da cidadania. O prefácio, escrito por Carlos Alberto Faraco, a introdução, de autoria de Cristine Görski Severo e Alexandre Cohn Silveira, e o posfácio, de Marcos Bagno, completam o mosaico de vozes e perspectivas críticas sobre os projetos políticos, majoritariamente circunscritos a uma lógica (neo)colonial, e os órgãos que articulam esse espaço. Destaca-se aqui o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com sede na capital cabo-verdiana da Praia, que se engajou na produção de ferramentas e elementos normativos, como o Vocabulário Ortográfico do Português (VOP), a partir do consenso entre seus membros.

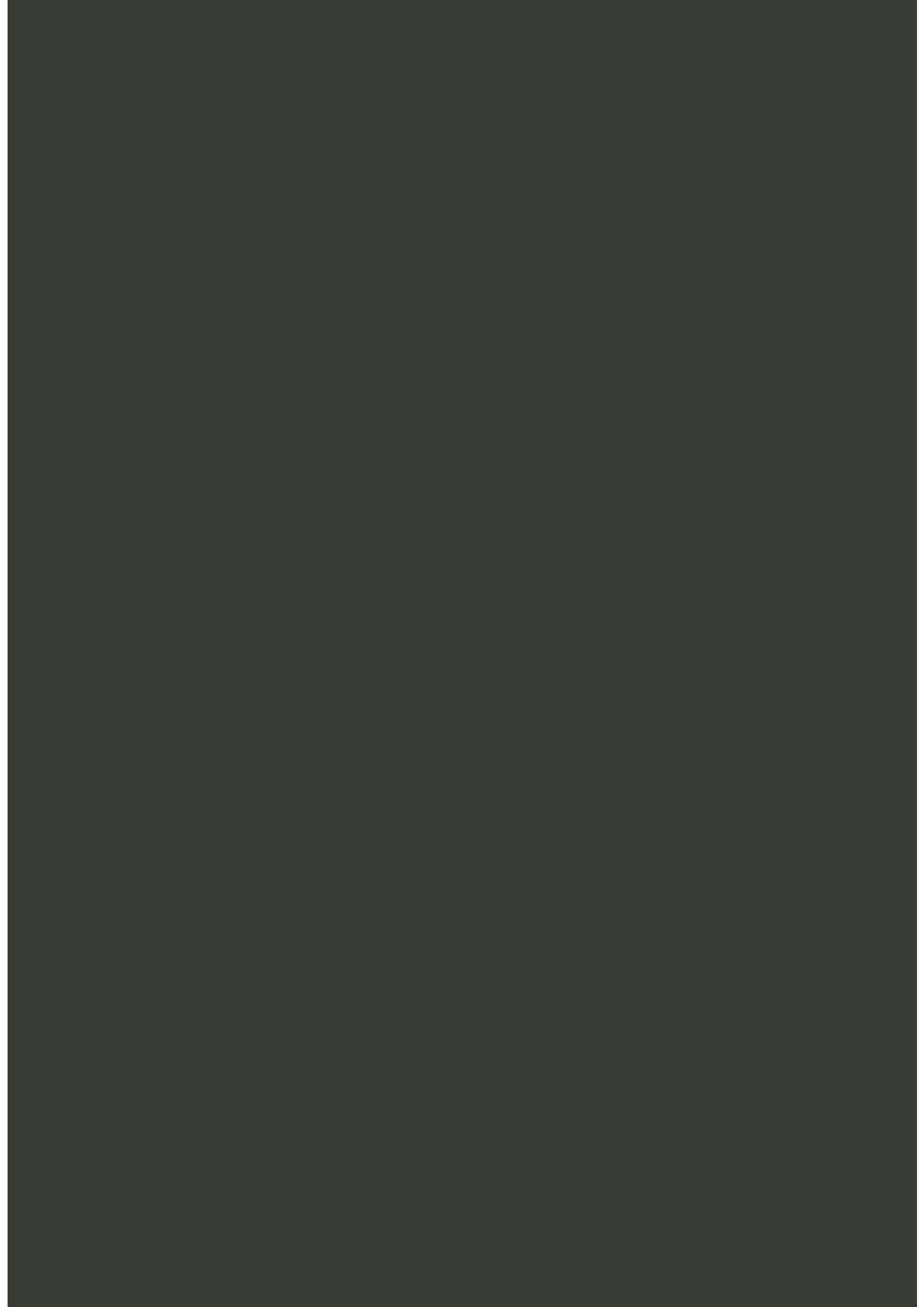
Assim, a multiplicidade que evoca o título, *Línguas em português*, se articula nas *vozes em português* dos autores e autoras com o objetivo de oferecer um amplo painel à leitora e ao leitor em relação às facetas e perfis que a língua portuguesa apresenta como componente de sociedades profundamente diversas, no começo da terceira década do século XXI.

Nesse contexto geral, os olhares das pesquisadoras e pesquisadores se dirigem a distintos elementos que direcionam e articulam as políticas linguísticas implementadas, tais como os currículos de ensino-aprendizagem, as certificações de língua(s), a aceitação do uso de determinada(s) língua(s) nacionais e/ou alóctone(s) no espaço público, as declarações de organismos públicos e autoridades, a produção e difusão de materiais didáticos. Consequentemente, surgem perguntas que ampliam o debate: quais são os atores no âmbito público, privado e associativo? Que língua ou que línguas falam? Com quais línguas ou variedades eles se identificam? Qual a constituição histórica, política, ideológica desses sujeitos? A quem pertencem as línguas que se veem

promovidas ou rejeitadas nesse processo? Quais as possibilidades de comunicação, de trocas e diálogos no interior dessas comunidades e com outras mais ou menos afastadas?

Um assunto de tanta complexidade não pode se exaurir na extensão de uma obra e, certamente, não foi essa nossa intenção ao lançar a proposta. Pretendemos apenas contribuir para explorar esse vasto espaço em diálogo com colegas que também se interessam por aquelas políticas educacionais que têm como meio e fim a língua portuguesa. Independentemente da perspectiva teórica adotada em cada capítulo, todos eles traçam espaços comuns de reflexão. Esperamos contribuir para destravar alguns nós e lançar nova luz a questões antigas, ainda que, nessa mesma ação, talvez tenhamos produzido novos questionamentos e problematizações, integrando assim esse livro com outros que visam objetivos análogos, como o volume organizado por Luiz Paulo da Moita Lopes (2014) ou o de Sílvia Melo-Pfeifer e Paulo Feytor Pinto (2018).

Antes de concluir nossa apresentação, devemos agradecer a todas as autoras e autores que aceitaram nosso convite, acreditaram na realização deste trabalho e dedicaram tempo a redigir e revisar os capítulos. Igualmente assumimos a responsabilidade como organizadores sobre qualquer descuido ou imprecisão que puder existir. E, por fim, desejamos uma boa leitura.



Prefácio

As ações do instituto internacional da língua portuguesa na gestão multilateral da língua

Carlos Alberto Faraco

Este livro, organizado por Sweder Souza e Francisco Calvo del Olmo, traz uma importante e indispensável contribuição para nossos debates sobre a língua portuguesa no contexto contemporâneo. Apresenta um panorama atualizado da situação do português nos diferentes espaços nacionais em que é língua oficial; explora criticamente discursos que recobrem a língua; acrescenta informações relevantes da posição geopolítico-linguística de Macau; e, como não poderia deixar de fazê-lo, situa o galego nesse complexo quadro.

A língua portuguesa, que até meio século atrás, era exclusiva de dois países, está hoje espalhada por nove países e tem um contingente aproximado de 240 milhões de falantes. E esse número está em franco crescimento. Deve duplicar nos próximos 50 ou 80 anos, considerando, principalmente, a esperada explosão demográfica a ocorrer, nesse período, em Angola e Moçambique, segundo previsões da ONU, no seu *World Population Prospects: 2015 revision*.



A língua portuguesa é uma língua internacional que, até há bem pouco tempo, atraía pouca atenção para fora de seu círculo de oficialidade. Nos últimos 15 ou 20 anos, porém, o interesse por ela cresceu significativamente. Bastaria lembrar aqui que só na China há hoje mais de 20 universidades que estão oferecendo cursos de português como língua estrangeira.

Vale, porém, acrescentar algumas outras informações relevantes. No México, por exemplo, só na UNAM (Universidade Nacional Autónoma do México), há anualmente entre 1300 a 2000 alunos matriculados nos cursos de português língua estrangeira. A UNAM oferece cursos de 18 línguas diferentes e o português é a 4^a mais procurada, perdendo apenas para o inglês, o francês e o alemão.

Do mesmo modo, houve, nas universidades dos Estados Unidos, nos últimos dez anos, um crescimento de 40% na procura pelos cursos de português língua estrangeira.

Outro indicador interessante é a oferta obrigatória de português como língua estrangeira no ensino médio de vários países da América do Sul e do Sul da África, vizinhos nossos e de Angola e Moçambique. Podemos citar aqui, entre outros, o Uruguai, a Argentina, a Namíbia, a Zâmbia e a África do Sul.

Por tudo isso, a promoção internacional do português é, no momento, uma questão de primeira grandeza. E falar hoje sobre a promoção internacional de uma língua vai muito além da reiteração apenas das balizas tradicionais que se fixavam em dois grandes eixos: o cultivo retórico-estilístico da língua e a difusão da literatura como expressão superior dos valores artísticos-culturais.

Nossa agenda com vistas à valorização internacional da língua se ampliou consideravelmente nas últimas décadas, passando a incluir temas como sua utilização nas ciências e na inovação tecnológica, nas atividades político-diplomáticas e no mundo digital.

A promoção e difusão da língua portuguesa é um dos três grandes objetivos da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Para materializar este objetivo, a Comunidade tem no IILP (Instituto Internacional da Língua Portuguesa) seu principal instrumento. Com sede na Cidade da Praia, capital da República de Cabo Verde, o IILP foi criado em 1989 na primeira reunião dos Chefes de Estado e de Governo

dos Países de Língua Oficial Portuguesa que se realizou aqui no Brasil em São Luís do Maranhão. O IILP foi, portanto, criado antes da CPLP, mas foi, depois, incorporado a ela.

Apesar do caráter inovador de sua concepção — como tentarei mostrar adiante — o Instituto permaneceu praticamente inerte até a I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, realizada em Brasília em 2010.

Essa Conferência foi a primeira iniciativa concreta da CPLP para definir diretrizes, metas e projetos com vistas ao cumprimento de seu grande objetivo de promoção e difusão da língua portuguesa. Nessa I Conferência, foram acordadas várias metas tendo como referência alguns temas básicos, como, por exemplo, a ampliação da presença do português como língua de trabalho nos organismos internacionais com vistas a garantir uma utilização sua mais forte nas atividades político-diplomáticas.

Acordaram-se também metas relativas a seu ensino como L1, L2 e língua estrangeira; e também como língua de herança para que as diversas diásporas falantes de português mundo afora não percam a língua e mantenham vínculos com seus países e suas culturas de origem.

Essas metas foram consolidadas no *Plano de Ação de Brasília* e muitas delas foram atribuídas diretamente ao IILP, sinalizando assim a vontade da Comunidade de reativar o Instituto e de dar a ele a centralidade na condução das ações da CPLP na consecução de seu terceiro grande objetivo.

Em 2013, realizou-se, em Lisboa, a II Conferência que introduziu nos debates os temas da língua portuguesa nas ciências, na inovação e na chamada economia criativa, áreas em que reconhecidamente o português não tem ainda forte presença internacional. As decisões dessa II Conferência foram consolidadas no *Plano de Ação de Lisboa*.

Por fim, em 2016 realizou-se a III Conferência, desta vez em Díli, durante o período em que Timor-Leste exerceu a presidência temporária da CPLP. O *Plano de Ação de Díli* incluiu entre seus eixos a promoção do português como língua pluricêntrica e em contextos multilíngues. Ou seja, a Conferência de Díli deu ênfase a dois aspectos que deverão nos ocupar bastante no futuro imediato.

Primeiro, o reconhecimento do português como uma língua que, em seu dinamismo sócio-histórico atual, não tem um único, mas vários centros irradiadores de modelos de referência linguística e cultural, de-

vendo essa diversidade estar cada vez mais explícita e transparente nas nossas políticas de promoção e difusão da língua.

Por outro lado, ao destacar a questão do português em contextos multilíngues, que é a realidade de praticamente todos os países de língua oficial portuguesa, a Conferência de Díli acolhe uma preocupação política crescente na nossa Comunidade, qual seja, a de que a expansão do português, em decorrência de seu caráter de língua oficial, língua do Estado, não se faça glotofagicamente — ou seja, que tal expansão não implique a destruição da rica diversidade linguística das nossas sociedades nas quais se falam, no total, aproximadamente 400 línguas — 200 só no Brasil.

Realizamos, portanto, nos últimos dez anos, três grandes conferências internacionais das quais emergiram três Planos de Ação que se somam e configuram um amplo quadro de políticas para a língua portuguesa no plano internacional e que podem orientar as iniciativas de promoção multilateral da língua portuguesa pelos Estados-membros da CPLP.

A questão é saber se as ações multilaterais serão de fato possíveis; e quanto poderá ser concretizado de cada um desses Planos. É precisamente nessa direção que o Conselho Científico do IILP tem trabalhado, defendendo, de um lado, a necessidade de avaliação contínua do que se tem feito para tirar os Planos do papel; e, de outro, incentivando a identificação de ações que unam os esforços dos Estados-Membros para a realização em conjunto das diversas metas dos três Planos.

Historicamente, Portugal e Brasil têm desenvolvido ações próprias de promoção e difusão internacional da língua acopladas à promoção e difusão de suas respectivas culturas. Essas ações de caráter nacional continuam ocorrendo — em Portugal, por meio do Instituto Camões e, no Brasil, por meio da nossa rede de Centros Culturais e leitorados em universidades estrangeiras.

É desejável, obviamente, que essas ações continuem a ocorrer até para que se reforce o caráter pluricêntrico do português. No entanto, desde a criação da CPLP, passamos a ter o desafio de viabilizar também políticas e ações conjuntas e multilaterais que, de forma alguma, conflitem com as políticas e ações nacionais nem pretendem substituí-las. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa não foi criado para substituir ou se sobrepor ao Camões ou à Rede Brasil Cultural. Ele tem sua esfera própria de competências e atribuições.

É importante, então, que se diga que este modelo de gestão conjunta e multilateral da língua portuguesa consubstanciado no IILP é único no mundo. Nenhuma outra das principais línguas internacionais tem um modelo semelhante de gestão, promoção e difusão. O inglês foi sempre gerido, promovido e difundido por iniciativas unilaterais da Grã-Bretanha ou dos Estados Unidos e hoje se promove quase espontaneamente em decorrência de ter se tornado a principal língua da ciência, da inovação tecnológica e dos negócios internacionais.

O francês e o espanhol, diferentemente do inglês, têm espaços coletivos de gestão, mas esses espaços funcionam sob uma perspectiva altamente centralizada, na medida em que a França e a Espanha criaram historicamente instituições próprias de gestão caracterizadas por uma concepção fortemente patrimonialista da língua — a língua assumida como propriedade da França ou da Espanha.

À medida que, no fim da era colonial, novos países nasceram e adotaram o espanhol ou o francês como língua do Estado, essas instituições centrais tiveram de flexibilizar sua perspectiva patrimonialista, mas o fizeram sem jamais abrir mão de sua condição de *primum inter pares*.

Ora, Portugal nunca desenvolveu uma política centralizada de gestão da língua. E a minha hipótese para esse fato é que Portugal, diferentemente da Espanha e da França, nunca teve uma questão linguística propriamente dita. E isso porque Portugal não se constituiu pela incorporação de vários reinos autônomos, com suas próprias línguas em confronto com a língua do Estado Centralizado, como foi a composição política da Espanha e da França.

Portugal se constituiu politicamente por expansão do núcleo originário, que estava no norte da faixa ocidental da Península Ibérica e, nesse processo, foi incorporando territórios não densamente povoados e não mais submetidos a uma ordem política consolidada.

A língua vernácula que vinha do Norte foi se estabelecendo, sem maiores conflitos, por todo esse novo ente político. Desse modo, a língua nunca foi propriamente um problema na sociedade portuguesa como foi e tem sido na Espanha e na França.

Como uma espécie de bônus histórico, esse fato tornou possível criar modernamente um modelo em que todos os países de língua oficial portuguesa podem se sentir efetivos coproprietários da língua e

podem geri-la, promovê-la e difundi-la de forma coletiva e multilateral sem qualquer viés centralista.

Isso não quer dizer que aqui ou ali, de tempos em tempos, não emerjam discursos de viés patrimonialista sobre o português. No entanto, é bem evidente que tais discursos não são acolhidos e referendados pelos governos dos nossos países, que continuam, ao que tudo indica, comprometidos com uma perspectiva antipatrimonialista e com uma política clara de gestão, promoção e difusão da língua em conjunto, descentralizada e multilateral.

E o IILP é o fórum político para essa gestão descentralizada, coletiva e multilateral. Não há outro fórum na Comunidade capaz de articular as ações conjuntas de todos os países da CPLP em relação à língua.

Nesse sentido, é importante deixar claro que o IILP não é propriamente um órgão executivo, mas fundamentalmente estratégico. Ou seja, cabe a ele, por meio de seu Conselho Científico, em que todos os países estão representados em igualdade de condições, definir os projetos estratégicos para viabilizar as metas dos Planos de Ação saídos das Conferências Internacionais e localizar instituições que, sob sua supervisão, possam executar tais projetos.

Foi assim que se realizou o projeto do Vocabulário Ortográfico Comum, projeto esse que tem servido de modelo para todos os novos projetos do IILP.

O Vocabulário Ortográfico Comum, previsto no Acordo Ortográfico de 1990, foi incluído como meta no Plano de Ação de Brasília e atribuída sua realização ao IILP. Na sequência, o IILP identificou o ILTEC (Instituto de Linguística Teórica e Computacional), hoje agregado à Universidade de Coimbra, como a instituição técnica melhor preparada para executar o projeto, e se consorciou com ele.

Definiram-se, então, parâmetros técnicos tanto para agregar, numa só base, os vocabulários ortográficos portugueses e brasileiros já existentes e consolidados, quanto para estimular a produção de vocabulários ortográficos nos outros países que ainda não dispunham de um como os que já foram elaborados, seguindo uma mesma metodologia, em Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Esse Vocabulário Ortográfico Comum tem um significado bastante especial na história da língua: é a primeira vez que temos, numa única

base, um Vocabulário Ortográfico ecumênico. Ele servirá de referência tanto para a consolidação da ortografia, quanto para a elaboração futura de novos dicionários gerais muito mais abrangentes e representativos do que todos os dicionários atualmente existentes. Trata-se, portanto, de um instrumento fundamental para a valorização internacional da língua portuguesa.

Nenhuma língua se promove e se difunde no plano internacional se não dispuser de três instrumentos linguísticos essenciais: uma base ortográfica consolidada, um dicionário geral representativo de sua unidade e de sua diversidade e uma gramática comparativa igualmente representativa de sua unidade e diversidade.

O português, como bem sabemos, alcançou muito tardiamente a consolidação de uma base ortográfica e o Vocabulário Ortográfico Comum, lançado oficialmente em 2016, nos dá hoje essa importante e indispensável referência.

Precisamos agora, a partir dele, estimular a produção de um novo dicionário geral que supere as limitações dos dicionários tradicionais que se limitaram historicamente ao léxico corrente em Portugal e no Brasil. O Vocabulário Ortográfico Comum é um ponto de partida para ampliarmos nossas referências lexicais, incorporando ao novo dicionário geral o que é corrente nos países africanos e no Timor-Leste.

Por fim, precisamos também começar a discutir a elaboração de uma gramática comparativa das muitas variedades da língua que represente os usos cultos correntes nas diversas sociedades em que o português é falado. É esse instrumento que, registrando a unidade e a diversidade de usos, nos permitirá envidar os necessários esforços para garantir que a diversidade e a pluricentralidade não redundem em quebra da unidade de base.

Esse e outros projetos (como o das Terminologias Científicas e Técnicas) dão a dimensão da importância do IILP para encaminhar ações de ampla repercussão para uma efetiva valorização internacional da língua portuguesa.

Apesar disso tudo, é perceptível que o IILP não está ainda plenamente incorporado à estrutura e ao funcionamento da CPLP. Ainda ocorrem iniciativas da Comunidade com foco na língua sem que elas passem pelo Instituto. Nesse sentido, e para superar essa situação, o

Conselho Científico do IILP tem insistido, em seus pronunciamentos, na importância de não se dispersarem as iniciativas e de se envolver o IILP sempre que a língua portuguesa é tema da Comunidade e na Comunidade.

Por outro lado, é também perceptível que o IILP não está ainda suficientemente assumido como instância política e técnica por todos os Estados-membros da CPLP. Nem todos têm representação no Conselho Científico do Instituto; dos que têm representação, nem todos são assíduos às reuniões do Conselho Científico. E, por fim, nem todos os países têm sido pontuais no pagamento de suas cotas anuais para o orçamento do Instituto.

Isso tudo fragiliza o IILP, que se vê diminuído politicamente e precarizado financeiramente, o que é, evidentemente, de se lamentar se tivermos em conta que estamos vivenciando, como dissemos antes, um crescimento exponencial do interesse pela língua portuguesa no plano internacional.

Temos, portanto, muitos desafios na gestão das questões da língua. De um lado, definir políticas de Estado e, de outro, ter um envolvimento mais ativo no processo de tornar viável o Instituto Internacional da Língua Portuguesa.